

## **A MANIPULAÇÃO DO CONHECIMENTO**

**Fernando Nogueira Dias**

### **PARA BEM PENSARMOS, DO MESMO MODO**

A manipulação dos discursos em Portugal com o intuito de alterar os quadros preceptivos é uma realidade que parece não escapar já à maioria dos cidadãos atentos. Quer a manipulação seja operada directamente pelos seus autores quer ela seja intermediada por outros agentes o fenómeno em si não se desvanece facilmente e parece impor-se paulatinamente.

Não nos interessa, contudo, fazer aqui uma separação acentuada entre quem manipula e quem se presta a transmitir a manipulação. Também não interessa aqui julgar se a comunicação social é manipulada ou se é ela própria autora de manipulação. Igualmente, não interessa distinguir se a manipulação é produto de um plano objectivamente estruturado ou se ela corresponde a actos de sobrevivência mais ou menos «instintiva» e pontual.

Também não é neste capítulo pertinente separar teoricamente a manipulação discursiva da manipulação do conhecimento. Interessa-nos essencialmente abordar globalmente casos que são do domínio público e sobrelevar esse fenómeno de conduzir as mentes alheias pelos mecanismos de manipulação, com maior ou menor uso das palavras, com maior ou menor implicação dos diferentes poderes.

De qualquer forma, parece-nos que, mesmo quando a manipulação é vincadamente operada ao nível discursivo a sua finalidade será sempre a de atingir, com maior ou menor intensidade, as estruturas cognitivas das audiências. E por quê? Porque se sabe perfeitamente que é possível fazer mudar as atitudes, opiniões e comportamentos das pessoas, mediante processos de informação assentes em duas estratégias: massificação e extensão.

Massificação, no sentido em que a ideia de tanto se repetir acaba por fazer ressonância na mente das pessoas; extensão, porque quanto maior é o número de pessoas atingidas pela mensagem maior é a probabilidade de criar um clima de

aceitação da «verdade» que se quer impor. Se ainda por cima forem convocadas personalidades de relevo público para a causa em questão, maior será a probabilidade de tornar a versão credível.

## **OS CAMPOS DA MANIPULAÇÃO**

São conhecidos casos de candidatos políticos em Portugal que no decurso da campanha apresentam intenção de voto muito desfavorável, mas, graças a um esforço e reforço de meios e argumentos o resultado inverte-se, levando à última da hora o eleitorado a direccionar o seu voto num sentido oposto. Ou porque se revelam dados importantes para o esclarecimento e decisão do eleitorado, quanto ao projecto político em causa, ou porque, embora nada trazendo de novo para o esclarecimento, a estratégia do partido adversário consegue «destruir» a credibilidade do outro candidato, nem que para isso se tenha de recorrer à calúnia e à fraude, os resultados não deixam por vezes de ser surpreendentes.

Nas empresas e demais organizações os mecanismos são com frequência semelhantes. Destrói-se implacavelmente um colega ou um superior, com o qual não se concorda ou não se gosta, para levar avante um desejo egoísta ou apoiar uma facção que nos é mais favorável. Os grupos informais gastam, amiudadamente, as suas energias e o seu tempo, e com frequência, os recursos da organização, a corroer alguém que, por qualquer razão, não lhes caiu no goto. Não raras as vezes, a vítima destas estratégias acaba por ficar com uma imagem de tal forma distorcida que, mesmo para quem não a conhece ou teve oportunidade de com ela lidar passa a relacionar-se com ela na base da imagem que lhe foi inculcada.

Do lado das estruturas formais estes mecanismos não deixam igualmente de ser correntes. Determinados responsáveis das instituições, não tendo coragem para comunicar a um seu colaborador o desejo ou necessidade de o retirar das funções que exerce ou do cargo de que é titular, criam cenários à vítima, que mais parece um drama cinematográfico do que um quadro da vida real. Num contexto de autêntica cobardia, para não dizer muitas vezes de traição, o colaborador vê-se rodeado de ditos e mexericos alimentados pelo topo hierárquico, com o intuito de criar um clima

relacional e um conjunto de situações que justifiquem e legitimem o afastamento desse indivíduo<sup>1</sup>.

E se falarmos dos «adventistas do sétimo dia» o estigma não é menor. Com efeito, estes crentes abstêm-se de trabalhar aos sábados por considerarem ser este o verdadeiro dia de descanso, motivo pelo qual são ainda olhados com desconfiança e algum descrédito.

Quando nos debruçamos sobre as organizações religiosas, não deixam de nos vir à mente cenários que constituem autênticos carimbos estampados no rosto de cada fiel que a elas pertence. O estigma que tem acompanhado algumas religiões em Portugal é exemplo vivo de como certos grupos de pressão e interesses difusos têm conseguido paulatinamente engendrar e impor certos sistemas estereotipados de conhecimento. Apesar de vivermos num sistema democrático, que protege as minorias, a verdade é que ainda hoje se olha com alguma desconfiança para quem não se assume como pertencendo à maioria católica. Como se sentiriam estes presunçosos «católicos» (?) se fossem discriminados por serem minoritários em países de maioria protestante, islâmica, hindu, ou outra?

No passado, alguns sacerdotes pregavam publicamente que os crentes da confissão cristã evangélica (designados por «protestantes») eram comunistas e maçónicos – que se tivesse muito cuidado com eles, pois era gente estranha. O proselitismo era tal que nas sessões de catequese se pedia às crianças da escola primária que arrecadassem tudo o que fosse da religião dos pais e o entregassem para ser queimado numa fogueira a que as crianças assistiriam. Em troca, as crianças receberiam «santinhos» (miniaturas postais de figuras religiosas), que muito lhes agradava, pela cor viva com que geralmente eram impressas.

Mas os crentes designados por «Testemunhas de Jeová» não estavam menos isentos da desqualificação que cristão católicos e evangélicos lhes emprestavam. A partir do problema da transfusão de sangue não praticada entre estes fiéis, mesmo tratando-se de salvar a vida de um familiar, um filho, por exemplo, foi-lhes criada

---

<sup>1</sup> Um caso bem recente, de alguma forma relacionado com estes aspectos, é o do Ministro da Juventude, Desporto e Reabilitação que, empossado a 24 de Novembro de 2004, pede a demissão quatro dias depois, por considerar ter havido da parte do Primeiro Ministro português falta de transparência e lealdade para consigo, relativamente às suas funções.

uma imagem de quase de selvagens. O estigma destes fiéis ainda hoje perdura entranhado na intolerância do «bom português». Valeria a pena tentar aprofundar as razões teológicas desta confissão para, à boa maneira do sociólogo Max Weber, se compreender as motivações que levam aos comportamentos destes crentes.

Aquando da vinda da nova doutrina da Igreja Universal do Reino de Deus para Portugal, independentemente dos factos concretos que levaram esta organização a ser acusada, a vida não lhes foi facilitada. Com o pretexto de que esta organização estava a comprar cinemas (alguns há muito abandonados e outros em estado de decomposição já muito avançada) gerou-se no País uma onda de ânimos exacerbados, escavados nos sítios mais recônditos, para se descobrir argumentos de «património histórico e cultural» e de quase identidade nacional, com vista a travar a delapidação que uns estranhos vindos do Brasil queriam impor ao povo português.

A ideia que parte de cristãos católicos fazem dos judeus também não lhes é nada favorável, já que os primeiros acusam os segundos de terem sacrificado Cristo, o Messias, figura central de todo o cristianismo. Como tal, quando se fala do Holocausto, alguns cristãos católicos têm a tendência de dizer ou pensar que «os judeus também não são flor que se cheire». Com razão ou sem ela, chega-se mesmo a tomar partido dos árabes, por oposição aos «frescos dos judeus».

Por falar em judeus, temos presentes os mitos que o cinema e a literatura de influência anglossaxónica têm vindo a espalhar. Durante um longo período de tempo, o estereótipo do judeu inteligente e esperto foi um argumento cinematográfico bem previsível. E ainda hoje é visível nas produções audiovisuais os árabes, os sul-americanos, os orientais, e outros, assumirem frequentemente o papel de maus da fita.

E se nos voltarmos para os islâmicos o mecanismo de estereotipia é o mesmo. Tem-se dificuldade em aceitar como normal uma religião que se desconhece, e o pouco que temos por referência cognitiva é a ideia de que os portugueses tiveram de lutar «contra os mouros», qualquer coisa que é uma mistura de árabe com islâmico; ademais roubavam as mulheres e as crianças quando invadiam terras portuguesas. Esquecemo-nos, com frequência, da História de Portugal e das origens da sua nacionalidade.

As histórias dos portugueses relativamente aos espanhóis não são coisa pequena. Desde os heróis e heroínas que se levantaram para os combater, ao receio de cruzar o nosso património genético com aquela gente, até ao medo de que a qualquer momento nos invadam de novo, tudo serve para manter os vizinhos à distância. Afinal, temos receio de assumir as semelhanças, tão visíveis, que caracterizam um e outro povo, tanto genética como culturalmente.

Há outros estereótipos entranhados no imaginário português. Os ingleses que, «não há dúvida, são uns *gentlemen*»; ou então, «vê-se logo que é humor britânico!». Os alemães, «que são por excelência um povo trabalhador», «e tudo o que fazem tem qualidade». «Ah! A cozinha francesa!». Ou então, «só pode ser material japonês», etc. Sistemas de conhecimento absolutamente dirigidos não faltam, para dar sentido e ordem ao mundo e às pessoas.

## **JORNALISTAS EM ACÇÃO**

No apontamento semanal de Clara Ferreira Alves<sup>2</sup>, as críticas ao papel da comunicação social e à promiscuidade com a política não ficam por mãos alheias. Refere-se às recentes eleições para a presidência dos Estados Unidos como «uma guerra de manipulação dos ‘media’ e uma guerra de dinheiro, em que os anúncios eleitorais, que custam milhões aos candidatos, decidem mais do que a campanha corpo a corpo ou as Convenções dos partidos».

Refere a autora o comentário o comentário produzido em «*Uncovered: The War on Iraq*», que «desmonta a maquinaria mediática que precedeu a invasão, ainda a retórica das armas de destruição maciça não tinha entrado em acção. Com testemunhos dos responsáveis dos serviços secretos, de peritos políticos e cientistas, democratas e republicanos, o filme desvenda o ‘*modus operandi*’ da propaganda e a subtileza da mensagem infiltrada e difundida pelos ‘media’».

Perante estes cenários, aparentemente sem controlo, a jornalista portuguesa pergunta: «Quem vigia os ‘media’..., quem os tem sob mira? Eis a grande pergunta do século XXI. Porque muitos jornalistas se reclamam isentos e puros, quando são

---

<sup>2</sup> Os ‘*Merdia*’, in «Única», p. 112, «Expresso», de 6 de Novembro de 2004.

corruptos e venais, e porque todos se reclamam intocáveis porque quando se mexe neles invocam a liberdade de expressão, os ‘media’ tornaram-se um poder impune e manipulador em muitos casos».

E prossegue: o « ...jornalista sabe que a linguagem branca não vende, e a opinião jornalística necessita de acentuar o negativo para vender». Mais adiante, «Existe uma bolsa e um mercado para a opinião, e a opinião independente e isenta pode valer menos dinheiro que a manipuladora e com agenda política».

A jornalista é muita clara quanto aos interesses e desleixo dos meios de comunicação social: «Joan Dion escreve em *Política na Nova América Normal* a desmontagem do ‘assassinato’ de John Kerry através dos propósitos e propostas dos jornalistas que falavam sem saber e sem ter estudado a lição, apenas porque lhes dava jeito. A manipulação dos ‘media’ deriva do facto dos ‘media’ se terem tornado puro ‘marketing’ pessoal e profissional, e peças do ‘marketing’ dos grupos e dos poderes políticos e económicos que os sustentam».

Salientando como os meios de comunicação social podem manipular as consciências dos cidadãos, a autora não deixa de dizer que «Nada pior do que a opinião disfarçada de notícia, o meio mais expedito de manipular».

E no que se refere ao desporto as atribuições relativas à manipulação não são menores. É do domínio público as acusações feitas pela justiça a dirigentes desportivos pelas suas ligações ilegais a outras instituições e agentes. Na revista «Visão»<sup>3</sup> são-nos dados três exemplos de tentativa de influência em diferentes canais de televisão.

Quando são os próprios profissionais da comunicação social a pôr-nos de sobreaviso sobre os efeitos manipulatórios do discurso jornalístico, como não hão-de os restantes cidadãos deixar de estar vigilantes aos efeitos dessa manipulação nas suas mentes!

O conhecido linguista Noam Chomsky<sup>4</sup> há muito que procura alertar a comunidade humana para os perigos de uma postura acrítica e passiva aos

---

<sup>3</sup> *Três Histórias Exemplares*, «Visão», de 14 de Outubro de 2004.

<sup>4</sup> Noam Chomsky (2001), *Nova Iorque*, 11 de Setembro, Lisboa, Editorial Caminho.

conteúdos da comunicação social. Ele bem sabe a importância que tem o impacto da comunicação nas estruturas cognitivas, e o reflexo que isso poderá ter na percepção, nas atitudes e nos comportamentos do ser humano.

A propósito do recrutamento feito pelos serviços secretos americanos, com a colaboração dos serviços homólogos da Arábia Saudita, da Grã-Bretanha, e outros, para treinamento e armamento de extremistas islâmicos, com vista a combaterem os russos que se tinham «alojado» no Afeganistão, Chomsky<sup>5</sup> faz salientar a posterior tentativa de lavagem de um quadro mental que antes se instalara na mente colectiva a este propósito:

«A obra que melhor aborda este tópico é o livro *Unholy Wars* escrito por John Cooley, durante muito tempo correspondente de guerra no Médio Oriente. Está a ser feito, previsivelmente, um esforço subterrâneo para limpar o cadastro e fazer de conta que os Estados Unidos não foram mais do que meros espectadores inocentes, e um pouco surpreendentemente até mesmo os jornais mais respeitáveis (para não mencionar outros) citam discretamente altos funcionários da CIA, para que possa ser ‘demonstrada’ a conclusão a que se pretende chegar – numa violação grosseira dos mais elementares padrões jornalísticos».

E a propósito da acção da propaganda política nas mente das pessoas, Comsky<sup>6</sup> aconselha a que não se ignore a sua força, com as seguintes palavras: «...mas não devemos subestimar a capacidade dos sistemas de propaganda bem dirigida, capazes de levar as pessoas a comportamentos irracionais, assassinos e suicidas». E a propósito da Primeira Guerra Mundial, «É impossível que as duas partes tenham estado empenhadas numa guerra nobre, pelos mais elevados objectivos. Mas quer de um lado quer do outro os soldados marchavam para uma chacina mútua com enorme exuberância, fortalecida pelos aplausos intelectuais e de todos os que estes ajudaram a mobilizar de uma ponta a outra do espectro político, da esquerda à direita, incluindo a força política de esquerda mais poderosa em todo o mundo, na Alemanha. As excepções são tão poucas que praticamente podemos fazer uma lista delas, e alguns dos mais destacados acabaram por ser presos porque

---

<sup>5</sup> *Ib.*, p. 23.

<sup>6</sup> *Ib.*, pp. 91-92.

questionaram a nobreza da causa: entre eles, Rosa Luxemburg, Bertrand Russel e Eugen Debs. Com a ajuda das agências de propaganda de Wilson, e com o entusiástico apoio dos intelectuais liberais, um país pacifista transformou-se, em poucos meses, num delírio de histerismo anti-germânico, pronto para se vingar dos que haviam perpetrado crimes bárbaros, muitos deles fabricados pelo Ministério Britânico da Informação».

Ainda no campo internacional, as tentativas de controlar as mentes dos indivíduos não se fazem esperar. O objectivo é sempre o mesmo: pelo controlo das mentes, operar o controlo comportamental, revertendo estes a favor dos seus autores. Num artigo do jornalista português Paulo Querido<sup>7</sup>, sobre *A Benevolente Censura Chinesa*, o autor põe a situação da China nos seguintes termos, a propósito do controlo dos conteúdos veiculados na Internet:

«Apesar da abertura operada a partir do ano 2000, grande parte do acesso é feito a partir de instituições governamentais e universidades. Sem acesso em casa, a população depende muito dos cibercafés, sendo a China o país com o maior número deles – Dos 87 milhões com acesso à Internet – a segunda maior população de internautas, depois do Estados Unidos da América – 20 a 25% acede exclusivamente a partir desses estabelecimentos (estimativas do *China Internet Network Information Center*)».

E prossegue, mais adiante: «Contudo, a coberto deste controlo justificável pela luta contra conteúdos ilícitos, as autoridades censuram conteúdos como notícias e informação. «E nos últimos meses testemunhámos um endurecimento do regime face à liberdade de expressão nos ‘media’, em particular na Internet, relata a organização Repórteres Sem Fronteiras».

Voltando-nos agora um pouco para a realidade portuguesa, vejamos a impressão que alguns jornalistas têm do papel da própria comunicação social nas relações com a política. É o caso das jornalistas Áurea Sampaio e Sónia Sapage<sup>8</sup>, a propósito do chamado «Caso Marcelo».

---

<sup>7</sup> «Única», p. 104, «Expresso», de 6 de Novembro de 2004.

<sup>8</sup> *Manobras em S. Bento*, «Visão», N.º 606, pp. 48-51, de 14 a 20 de Outubro de 2004.

Dizem-nos as autoras, referindo-se às intenções do Governo actual, que «A ideia é criar um conjunto de órgãos de informação que actuem nos vários suportes – rádio, televisão e imprensa – com uma linha editorial mais favorável à actual maioria».

Em sua opinião, há da parte do Governo uma intenção planeada de conduzir as coisas em seu favor, sendo que essa intenção não é pontual, mas ideológica e partidária, já que «Na sucessão de passos para domesticar a Comunicação Social, acaba por se concretizar um projecto herdado do Executivo barrosista: o chamado Gabinete de Informação e Comunicação (GIC), também conhecido como Central de Comunicação do Governo».

Apesar de as jornalistas considerarem que da parte do actual Governo houve uma certa inabilidade para levar avante esta intenção, mesmo assim, a ideia que vinha de trás, de exercer influência sobre a comunicação social, é prosseguida agora, apesar das dificuldades reveladas<sup>9</sup>: «Foi este o jogo de cintura que faltou à equipa de Santana. A tal ponto que Paes do Amaral resolveu ter uma conversa com o Professor, marcada na sexta-feira, 1 de Outubro, para terça, 5. Os resultados desse encontro já são conhecidos, com o patrão da TVI a sugerir a Marcelo contenção nos comentários porque estava a ter ‘muitas dificuldades’ com o Governo...».

A promiscuidade entre comunicação social e poder começa a ser tema de debate aos mais diferentes níveis em Portugal, apesar de que, com frequência, aqueles que se insurgem contra esta promiscuidade foram eles próprios autores e patrocinadores deste tipo de processos<sup>10</sup>.

O actual Presidente da Internacional Socialista e Ex-primeiro Ministro de Portugal, António Guterres, transmitia aos jornalistas Cristina Figueiredo e Manuel Agostinho Magalhães<sup>11</sup> a sua preocupação pela falta de transparência nas relações entre os diferentes poderes ser uma realidade cada vez mais acentuada no País.

---

<sup>9</sup> Dias depois desta notícia, o Presidente da República português haveria de não promulgar a criação deste órgão.

<sup>10</sup> Em 30 de Novembro de 2004, o Presidente da República acabou por chamar o Primeiro Ministro português para lhe anunciar a dissolução da Assembleia da República. Entre as razões evocadas para esta decisão estão os problemas relacionados com o comportamento do Governo em matéria de comunicação social.

<sup>11</sup> O ‘Show’ de António Guterres, in «Expresso», de 13 de Novembro de 2004.

Falando aos jornalistas, na decorrência do *1º Congresso Democracia Portuguesa*, criticou a «promiscuidade crescente entre o poder político (e até poder judicial) e os ‘media’», tendo ainda expresso o seu lamento pelo facto de que «a expressão pública da vida política portuguesa cada vez se parece mais com um permanente ‘reality show’, ofuscando o debate das questões essenciais».

A sua crítica é ainda mais acutilante no que toca às relações do poder com a imprensa, culpando o Ex-primeiro Ministro pela situação «os responsáveis do poder político que sucumbem àquela promiscuidade e à tentativa de manipular os ‘media’ sem perceberem que acabarão por ser destruídos por eles».

Mais à frente, analisaremos em pormenor o problema da concentração dos meios de comunicação social e a sua relação com a concentração dos conteúdos informativos. Veremos que este tipo de controlo conduz inexoravelmente ao controlo dos sistemas de conhecimento. Por agora, vejamos, através das palavras do jornalista português Nicolau Santos<sup>12</sup>, num artigo que assume o título *Da Concentração dos ‘Media’*, até que ponto o conhecimento pode ser condicionado por este tipo de medidas de âmbito gestionário.

Fazendo referência a um artigo a publicar por Helena Garrido na *Revista Comunicação e Cultura*, Nicolau Santos transcreve as suas palavras nos seguintes termos: «...Já não é o Governo a principal origem de condicionalismo, mas as empresas sobre as quais se fazem as notícias e, indirectamente, a própria empresa de produção das notícias».

No mesmo artigo, Nicolau Santos serve-se das palavras de Helena Garrido para denunciar as pressões a que estão sujeitos os profissionais do jornalismo, quando afirma que «Perante uma informação que não sirva os interesses das grandes empresas que controlam hoje o bolo publicitário dos jornais e, como tal, boa parte dos seus proveitos, o jornalista corre o risco de não ter saída. Sob a ameaça de um corte de publicidade chega a pressão interna da gestão da empresa. Do lado externo vem a pressão da fonte que poderá fechar a porta a informação futura. O círculo completa-se com a concentração dos órgãos de comunicação social,

---

<sup>12</sup> «Expresso», de 13 de Novembro de 2004.

uma vez que se insistir em avançar com a informação pode inviabilizar a sua carreira, não apenas na empresa em que está, como nos outros grupos».

Nicolau Santos é claro em matéria de concentração dos meios de comunicação social. A avaliar pelo seu texto, entende que esta condiciona a informação: «Mas parece cristalino que uma maior concentração dos ‘media’ em Portugal será boa do ponto de vista económico para os grupos, mas má para a produção de uma informação não condicionada».

Como medidas preventivas às pressões, para manter os níveis de liberdade, Nicolau Santos defende a «resistência» por parte da classe jornalística, quer através do desenvolvimento da cultura de redacção, quer da actuação da Direcção do jornal e do Presidente do Grupo de Comunicação, por forma a manter-se um campo de liberdade no desempenho da sua profissão.

Parece razoável afirmarmos que quem detém poder tem maior tentação para manipular do que quem não tem poder de espécie alguma. Por isso, ao tratarmos do poder temos em mente não propriamente um tipo de pessoas ou de instituições, mas todo e qualquer indivíduo ou instituição que, abusivamente, se serve dele para manipular os discursos e o conhecimento.

O poder materializa-se nas diferentes autoridades que representam a ordem social, exigindo aos outros obediência, para que a ordem se mantenha estável, sem rupturas que ameacem os seus fundamentos. Para isso, exige-se obediência e exercita-se a autoridade, quanto baste para que não haja desequilíbrios.

## **AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA**

Como vimos, desde a infância que nos ensinam a obedecer e a submeter-nos à autoridade. É esta autoridade, ou autoridades, que tomam as decisões em nome dos outros. São essas autoridades que assumem opções pelas nossas vidas, quer porque nelas delegámos esse poder, quer porque se apoderaram dele ilegitimamente<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Alexandre Dorozynski *et al.* (1982: 23-32), *A Manipulação dos Espíritos*, Lisboa, Assírio e Alvim.

Em todas as sociedades a obediência à autoridade é fundamental à vida colectiva, como fundamental e necessária à manutenção da ordem social e à adaptação e sobrevivência dos indivíduos em sistemas de vida grupais.

Todavia, a obediência à ordem social ou a interesses colectivos, ao sacrificar sistematicamente os impulsos e as tendências individuais, faz-nos correr o risco de transformar homens em indivíduos mutilados, que vivem e sentem em função dos parâmetros da «normalidade», sem se escutarem a si mesmos para saberem o que pensam de si e dos outros.

Muitos preferem sujeitar-se a todo o tipo de obediência, pois obedecer proporciona segurança individual e social, desresponsabilizando-se desta forma de qualquer tipo de atrocidades, ou mesmo dos seus próprios problemas de consciência. Os crimes contra a Humanidade ou contra determinados grupos só foram possíveis porque, por um lado, as consciências foram manietadas e, por outro, porque a submissão à autoridade afasta dos indivíduos os imperativos da sua própria consciência.

A obediência cega à autoridade é um poderoso meio que o poder pode usar em seu favor para manipular os corpos e as mentes. Mas mais poderosa é a manipulação quando exercida socialmente sobre pessoas já condicionadas por valores de obediência e de veneração pelas hierarquias estabelecidas, como foi o caso da Alemanha, do Japão, de Espanha, de Portugal, de Cuba, e outros.

Obedecer a regimes totalitários traz violência e violentação às consciências individuais, mas obedecer à manipulação mais sofisticada dos regimes democráticos não deixa de provocar os mesmo efeitos na vida e nas mentes das pessoas.

Ser um homem ou uma mulher civilizados não é por certo obedecer cegamente à autoridade. O civismo implica de cada ser humano uma vigilância, pautada por uma atitude constante de reflexão crítica e de análise das opiniões e das informações que lhe chegam, sempre que tal tarefa lhe seja possível.

É certo que é mais cómodo não nos apoquentarmos com o que se passa à nossa volta no quotidiano das nossas vidas. Mas o homem civilizado não pode deixar de se interessar por tudo o que constitui o seu campo ecológico. Deste sentido

ecológico faz também parte a verdade informativa e o esclarecimento como bem social e humano de inestimável valor ético.

Para além das autoridades a que nos habituámos a obedecer desde as mais tenras idades, temos ainda outras autoridades: os «especialistas dos sistemas periciais», como nos refere o sociólogo britânico Anthony Giddens<sup>14</sup>. São eles os médicos, os psiquiatras, os engenheiros, os economistas, os políticos, e todos aqueles em quem confiamos as nossas vidas, como o barbeiro, o cozinheiro do restaurante ou o piloto do avião em quem lhe depositamos o nosso medo.

Há ainda outros «especialistas» com autoridade que influenciam as nossas vidas, como é o caso do jogador de futebol que aconselha a compra de uma marca de relógio; é a mulher modelo ou a actriz que recomenda o uso de um creme anti-rugas; o cientista de medicina ou de genética que discute com autoridade nos meios de comunicação o problema ético do aborto ou da eutanásia. Enfim, delegamos em toda a espécie de «especialistas», que muitas vezes nada percebem do assunto, que nos aconselhem o que de melhor é para nós.

## **OBEDIÊNCIA SEM RESPONSABILIDADE**

A obediência cega à autoridade é, talvez, um dos aspectos mais aterradores do comportamento humano. Várias experiências laboratoriais demonstraram, em situações simuladas, que os indivíduos, para obedecerem a uma autoridade, cientista, experimentador, professor, não se importam de inflingir os maiores sofrimentos e cometer as maiores atrocidades a outros seres humanos, mesmo quando estes lhes suplicam por misericórdia.

O que se passa com indivíduos que abdicam de si mesmos, que renegam os seus princípios e valores para obedecer cegamente a uma autoridade? O jornalista português José Pedro Castanheira<sup>15</sup>, ao apresentar-nos o livro da filósofa americana Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém. Uma Reportagem sobre a Banalidade do Mal*, mostra-nos como a obediência pode transformar um homem normal num dos

---

<sup>14</sup> Anthony Giddens (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

<sup>15</sup> *A Banalidade do Mal*, in «Actual», p. 54, «Expresso» de 20 de Novembro de 2004.

maiores criminosos da História, sem que de alguma forma isso tenha abalado a sua «consciência».

Adolf Eichmann, oficial superior de Hitler, foi acusado de ser um dos maiores responsáveis do Holocausto e responsabilizado pela morte de cinco milhões de pessoas. Após ter sido considerado culpado do conjunto das acusações que lhe foram feitas, um tribunal israelita sentenciou-o à morte.

Perante o tribunal, Eichmann terá tranquilamente transmitido que «A minha culpa reside na minha obediência, no meu respeito pela disciplina e nas minhas obrigações militares em tempo de guerra».

O corte entre a «consciência» individual e a consciência «colectiva», que exige obediência à autoridade é, sem sobra de dúvida, uma das maiores perversidades do ser humano. Como podem os indivíduos numa fase da sua vida, só porque temporariamente desempenham uma função, renegar a todos os princípios de uma cultura e de uma civilização?

Mais uma vez, vejamos como Eichmann, um dos maiores criminosos de guerra, responde a esta inquietação, pelas palavras do jornalista: «O criminoso alegou que ‘nada tinha contra as suas vítimas. ‘Pessoalmente’, dizia, não nutria ‘qualquer ódio aos judeus’. E jamais se arrependeu».

Vale a pena atentarmos para a própria reflexão de Hannah Arendt sobre a «normalidade» deste tipo de «consciência»: «O problema, no caso de Eichmann... era que havia muitos como ele, e que estes muitos não eram nem perversos nem sádicos, pois eram, e ainda são, terrivelmente normais, assustadoramente normais. Do ponto de vista das nossas instituições e dos nossos valores morais, esta normalidade é muito mais aterradora do que todas atrocidades juntas».

Que autoridade é esta que põe os homens a dobrar-se perante si? É que, não se trata de uma vontade que exige obediência emanada de uma discussão e decisão democraticamente partilhada. Também não se trata de um movimento colectivo que queira emocionalmente impor a sua vontade a uns quantos desprevenidos. Estamos perante o poder de uma ordem social difusa, que assenta, em certa medida, numa

delegação da responsabilidade a outros das camadas ao lado ou mais acima da hierarquia social ou profissional.

Nas sociedades modernas, caracterizadas pelo atomismo humano, devido à ideologia do individualismo e da segmentação funcional generalizada, a autoridade é mais eficaz, pois os indivíduos encontram-se «sozinhos» para fazerem frente ao bombardeamento das acções e das mensagens do poder.

Nas sociedades em que se encontram física e mentalmente separados uns dos outros, os indivíduos não usufruem da filtragem e da protecção das redes de sociabilidade que lhes permita relativizar o impacto do poder sedutor e enganador da autoridade, sobretudo quando ela se traveste de informação veiculada pelos meios de comunicação.

## **MEDO E MANIPULAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Os psicólogos alemães Benesch e Schmandt<sup>16</sup> referem-nos que o medo é universalmente um instrumento de repressão. O manipulador que usa o medo como instrumento da sua agressão não larga as suas presas. Pressiona-as com o tempo, não lhes dando a possibilidade ou o direito a reflectir.

Como a pressão do tempo desvia a atenção dos indivíduos, gerando por esta perturbação a incerteza, a angústia apodera-se geralmente deles, fazendo-os sentir-se impotentes, a menos que aceitem conformar-se com o modelo, as normas ou as ideias propostas.

O medo ao apoderar-se dos indivíduos vai-lhes plasmando a paralisia, o tormento e o isolamento. O medo é, segundo o filósofo Martin Heidegger, citado pelos autores, «o medo da morte». O medo pode dizer respeito à insegurança perante a vida, a um sentimento enraizado de insegurança e um sentimento de culpa que sufocam os homens e os tornam escravos dos manipuladores.

Vale a pena, a este propósito, usar as palavras destes autores para descrever o célebre caso de Orson Wells, bem revelador de como a manipulação das palavras

---

<sup>16</sup> Helmut Benesch e Walter Schmandt in Alexandre Dorozynski *et al.* (1982:33-50), *A Manipulação dos Espíritos*, Lisboa, Assírio e Alvim.

pode causar o medo e este a percepção da realidade, criando a insegurança e os comportamentos de pânico em milhões de pessoas:

«Não deve ter havido manipulação ‘experimental’ mais espectacular do que a realizada na rádio em 30 de Outubro de 1938. O actor Orson Wells difundiu na *Columbia Broadcasting System* um ‘sketch’ radiofónico inspirado no romance fantástico de H. G. Wells, ‘A Guerra dos Mundos’, adaptado com o título de ‘A Invasão dos Marcianos.’ A emissão foi de tal modo realista que muita gente julgou tratar-se de uma reportagem sobre um acontecimento real...»

«O universo de ouvintes foi avaliado em dez milhões, dois dos quais pensaram que se tratava mesmo duma invasão marciana, relatada e comentada à medida que se produzia. Hadley Cantril... escrevia: ‘antes de a emissão ter terminado pôde ver-se, por todos os Estados Unidos, gente a rezar, a gritar, a fugir da morte que os marcianos traziam consigo. Corriam uns a salvar o próximo do suposto perigo; outros faziam as despedidas pelo telefone, ou avisavam os parentes e os vizinhos, ou tentavam obter informações mais precisas junto dos jornais ou das emissoras radiofónicas, outros chamavam ambulâncias ou carros da polícia’».

Mais à frente, os autores continuam com a descrição das repercussões desta engenharia informativa: «Três quartos da população ficaram, pelo menos, perturbados com a emissão, realizada num momento em que o medo da guerra estava muito espalhado. No geral, as pessoas menos educadas, menos informadas, eram mais vulneráveis».

## **MANIPULAÇÃO DA SIMULAÇÃO**

A manipulação através de uma gestão estratégica dos meios de comunicação social é actualmente um processo que políticos e militares já não dispensam, quando se trata de guerras. Refere Ignacio Ramonet<sup>17</sup> que, para os militares é tão importante o controlo da informação como a condução das acções de guerra no terreno.

---

<sup>17</sup> Ignacio Ramonet (1999: 87-90), *A Tirania da Comunicação*, Porto, Campo das Letras.

Os estratégias militares orquestram planos de comunicação para difusão de mensagens, de contrapropaganda e de adesão das populações às acções militares. Mas não o faz de qualquer forma. Os poderes político e militar procuram dominar os meios de comunicação a dois níveis: por um lado, vedando o acesso dos jornalistas aos cenários de guerra, para poderem transmitir uma imagem de guerra «cirúrgica», «limpa» e «precisa», ao fim e ao cabo «civilizada»; por outro, proporcionar uma espectacularidade, com base no «sucesso» e no «brilhantismo» das suas tropas.

No caso de alguns conflitos, deixou para isso de haver imagens que pudessem comprometer os países envolvidos. É o caso do Reino Unido na guerra das Malvinas, em 1982; a invasão do sul do Líbano pelos israelitas, em 1982; a ocupação de Granada pelos Estados Unidos, em 1983; o envolvimento francês na guerra do Chade, em 1988; os confrontos das tropas de M. Hissène Habré, aliadas da França, contra as tropas do coronel Kadhafi do Líbano; a «Operação Tempestade no Deserto» na guerra do Golfo, em 1991.

No caso da guerra do Golfo a operação propagandista não tem precedentes, afirma Ramonet. Tudo foi orquestrado. Um logro, tanto para a imprensa como para os americanos, manipulado e coreografado pelo Pentágono. Mais grave: «E os media aceitaram isso», diz o autor.

## **UM CASO PORTUGUÊS PARADIGMÁTICO**

Em 27 de Novembro de 2004 teve, finalmente, início em Lisboa o julgamento do célebre caso conhecido como «Casa Pia», processo relacionado com actos de pedofilia praticados com crianças e adolescentes desta Instituição Educativa portuguesa.

No decurso de cerca de dois anos, a população portuguesa teve, a propósito deste caso, oportunidade de ver através da comunicação social autênticos cenários de guerra psicológica e deslumbrantes actos teatrais de manipulação, oriundos das diferentes partes interessadas deste processo.

Várias foram então as vozes de alerta contra as manipulações ou tentativas de tal, por parte dos diferentes cidadãos preocupados com o estado da justiça

portuguesa. Uns vendo a situação por uma perspectiva, outros por outra, todos eles manifestaram, de forma mais ou menos explícita, um sentido duplo comum: por um lado, «confia-se na justiça portuguesa»; por outro, «é necessário estar atento a ela!».

E não era sem razão, pois neste processo foram reunidos todos os ingredientes para uma boa manipulação do conhecimento, por forma a que as decisões tombassem para o lado de cada um dos interessados. Estamos a referir-nos às constantes fugas de informação, que faziam parte do segredo de justiça, às ameaças de vida a alguns dos envolvidos no processo, às manobras de diversão por parte de alguns dos operadores de justiça, às declarações extemporâneas por parte de outros, às elegantes declarações em entrevistas a representantes de classe profissionais, aos actos ilegais por parte de alguns jornalistas, às declarações de alguns familiares de arguidos, à difusão de notícias postas a circular de forma premeditada, aos livros publicados através de familiares de arguidos, às fugas de informação por parte de altos responsáveis do Funcionalismo Público, etc., nada faltou.

O julgamento ainda não terminou, no momento em que se escrevem estas linhas, e não se sabe quem dos acusados virá a ser condenado. Mas uma coisa já se sabe: este processo «condenou-se» pela massa de episódios, que não podem deixar de ser indicadores explícitos de tentativas de manipulação. É que, qualquer processo judicial merece ter a serenidade necessária para que se possa fazer justiça, e de preferência sem manipulações.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BATESON, Gregory (1987), *Natureza e Espírito*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

BERGER, Peter e Thomas Luckmann (1973) *A Construção Social da Realidade*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

BERGER, Peter e Thomas Luckmann (1999), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro.

- BENESCH, Helmut e Walter Schmandt (1982) *in* Dorozynski, Alexandre, *A Manipulação dos Espíritos*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BRETON, Philippe (1994) *A Utopia da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- BRETON, Philippe (2002), *A Palavra Manipulada*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CAZENEUVE, Jean (Direcção) (s/d), *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*, Lisboa, Edições 70.
- COMSKY, Noam (2001), *Nova Iorque, 11 de Setembro*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CORREIA, João Carlos (1998), *Jornalismo e Espaço Público*, Covilhã, UBI.
- COUTINHO, Jorge (2003), *Filosofia do Conhecimento*, Lisboa, Universidade Católica.
- DIAS, A. Fernando Nogueira (1999), *A Imprensa Escrita, a Droga e a Toxicodependência: Da Massificação à Estereotipia dos Discursos*, Tese de Doutoramento em Sociologia, UBI.
- DIAS, Fernando Nogueira (2001a), *Droga e Toxicodependência na Imprensa Escrita, Discurso e Percurso*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DIAS, Fernando Nogueira (2001b), *Sistemas de Comunicação, de Conhecimento e de Cultura, um Olhar Sociológico*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DOROZYNSKI, Alexandre *et al.* (1982), *A Manipulação dos Espíritos*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- ELIAS, Norbert (1994), *Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta Editora.
- ESTEVES, João Pissarra (1998), *A Ética da Comunicação e os Media Modernos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- FESTINGER, Leon (1975), *Teoria da Dissonância Cognitiva*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GASSET, Ortega y (1989), *A Rebelião das Massas*, Lisboa, Relógio d'Água.
- GUIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- JORNAL «EXPRESSO», de 20 de Novembro de 2004.
- LE WINTER, Oswald (2002), *Democracia e Secretismo*, Publicações Europa-América, Mem Martins.
- LÓPEZ, Gabriel Galdón (2003), *Desinformação e os Limites da Informação*, Lisboa, Folhas e Letras.

- KRISTEVA, Julia (s/d), *História da Linguagem*, Lisboa, Edições 70.
- LÉVY, Pierre (1994), *As Tecnologias da Inteligência*, Lisboa, Instituto Piaget.
- LYOTARD, Jean-François (1989), *A Condição Pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.
- MORIN, Edgar (1995), *Introdução ao Pensamento Complexo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1988), *Formas de Censura Oculta na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril* (Dissertação de Doutoramento em Sociologia), Universidade Técnica de Lisboa.
- PARSONS, Talcott (1969), *Sociedades, Perspectivas Evolutivas e Comparativas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- PARSONS, Talcott (1974), *O Sistema das Sociedades Modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- QUIVY, Raymond *et al.* (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- RAMONET, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação*, Porto, Campo das Letras.
- REBELO, José (1998), *Contribuição para o Estudo das Práticas Discursivas do Salazarismo*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- REBELO, José (2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Notícias Editorial.
- RODRIGUES (1990), Adriano Duarte, *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1994), *Comunicação e Cultura, A Experiência Cultural na Era da Informação*, Lisboa, Editorial Presença.
- SAPERAS, Enric (1993), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massa*, Porto, Edições ASA.
- SFEZ, Lucien (1994), *Crítica da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- TOFFLER, Alvin (1991), *Os Novos Poderes*, Lisboa, Livros do Brasil.
- WATZLAWICK, Paul *et al.* (1989), *Une Logique de la Communication*, Paris, Editions du Seuil.
- WATZLAWICK, Paul (1991), *A Realidade é Real?*, Lisboa, Relógio d'Água.
- WATZLAWICK, Paul (1993), *A Pragmática da Comunicação*, São Paulo, Editora Cultrix.
- WIENER, Norbert (s/d), *Cibernética e Sociedade*, São Paulo, Editora Cultrix.

## REVISTAS CIENTÍFICAS

AAVV (Org. Nelson Traquina), (2000), *Jornalismo 2000*, «Revista Comunicação e Linguagem», Nº 27, de Fevereiro de 2000.

MESQUITA, Mário (Org. de), (1995), "Comunicação e Política", *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, Edições Cosmos, 21-22.

WOLTON, Dominique (1995), "As Contradições do Espaço Público" in *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, Edições Cosmos.

## JORNAIS E REVISTAS INFORMATIVOS

ALVES, Clara Ferreira (2004), *Os «Merdia»*, in "Única", p. 112, Expresso de 6 de Novembro.

CASTANHEIRA, José Pedro (2004), *A Banalidade do Mal*, in «Actual», p. 54, Expresso, de 20 de Novembro.

ESTRELA, Edite (2001), *Sem Contenção, Tudo em Directo!*, in «Expresso», de 1 de Setembro.

FIGUEIREDO, Cristina e Manuel Agostinho Magalhães (2004), *O 'Show' de António Gueterres*, in "Expresso", de 13 de Novembro.

MONTEIRO, Henrique (2001), *Os Pequenos Dramas*, in «Expresso», de 1 de Setembro.

QUERIDO, Paulo (2004), *A Benevolente Censura Chinesa*, in "Única", p. 104, Expresso de 6 de Novembro.

SAMPAIO, Áurea e Sónia Sapage (2004), *Manobras em S. Bento*, in "Visão" Nº 606, pp. 48-51, de 14 a 20 de Outubro.

SANTOS, Nicolau (2004), *Da Concentração do 'Media'*, in «Expresso», de 13 de Novembro.

SARAIVA, José António (2004), *Soares e Bush*, in «Expresso», de 13 de Novembro.

## PÁGINAS DA WEB

ENCICLOPÉDIA DIGITAL MASTER MILÉNIO, consultada em 10 de Novembro de 2004 de world wide web:  
<http://enciclopedia.com.br/MED2000/pedia98a/soci6242.htm>.

FIDALGO, António, *A Distância como Virtude. Considerações Sobre Ética da Comunicação*, retirado em 6 de Maio de 2003 da world wide web: <http://bocc.ubi.pt>.  
*História por Voltaire Schilling*, retirado em 10 de Novembro de 2004 da world wide web: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/index.htm>.

PORTAL DOS JORNALISTAS, *Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses*, retirado em 11 de Novembro de 2004 da world wide web: <http://jornalistas.com>.

RODRIGUES, Adriano (1985a), *Figuras das Máquinas Censurantes Modernas*, retirado em 6 de Maio de 2003 da world wide web: <http://bocc.ubi.pt>.

RODRIGUES, Adriano (1985b), *O Público e o Privado*, retirado em 6 de Maio de 2003 da world wide web: <http://bocc.ubi.pt>.